

## 2-Uilma Amazonas-comunicacao-res

Título: Revisitando o Papel do Estado atual e as políticas educacionais de EJA. O presente trabalho é parte de uma investigação realizada em 2007 no Estado da Bahia como tese de doutorado defendida na Universidade de Salamanca na Espanha, no Departamento de Teoria e História da Educação, intitulada Políticas de Educação de Jovens e Adultos e Produção de conhecimento em EJA nas Universidades Brasileiras: um estudo do estado da Bahia. (1995-2005). O objetivo do trabalho foi compreender as políticas de Educação de Jovens e Adultos da atualidade tomando a produção de conhecimento universitário nesse campo como um elemento para buscar compreender o lugar das políticas de EJA no contexto da histórica na educação brasileira e as Políticas de EJA em execução no período. A pesquisa foi desenvolvida tomando com referencial empírico as políticas de EJA Nacionais e Locais em execução no Estado da Bahia no período estudado. Atento aos riscos de analisar políticas enquanto elas estão em desenvolvimento nos respaldamos em pistas que nos adverte Serpa (1991) ressaltando a fragilidade da temporalidade e a capacidade de mudanças nos desenhos originais das políticas mediadas pelas determinações conjunturas. A opção por análise dessas políticas deve-se a compreensão de políticas públicas de Estado enquanto ação sistematizada para atender demanda da sociedade em determinada época e de responsabilidade de um determinado governo, Hoffling (2001). A metodologia adotada foi pautada nos referenciais da pesquisa qualitativa, focando a análise de documentos na literatura existente no campo da EJA, na aplicação de entrevistas e análise dos discursos dos sujeitos envolvidos no período investigado. A inspiração para analisar a política implantada no campo da EJA no estado da Bahia vem do modelo da Análise de Políticas Públicas Sociais de Torres (2004) que associa ao estudo das políticas, simultaneamente a análise do Estado que as implementa. Os resultados apontam uma tendência de considerar o “Brasil Alfabetizado” como Política Pública Nacional, pelos nexos de interdependências globais e locais, contemporâneas, pela presença e participação de representações da sociedade civil, dentre outros elementos de política. A produção de conhecimento sobre EJA na Faced, está no limite de uma esparsa produção discente da pós graduação. O BA revela certo hibridismo na implementação enquanto política de Estado, e está permeado de elementos extratores estranhos. Os discursos dos sujeitos envolvidos, as ações do BA estão permeadas por dissensos, onde apenas 25% dos alfabetizando concluem os cursos e poucos se apropriam das competências de leitura e escrita ainda assim consideram uma ação bem vinda e que merece ser implementada para a população de todos os Estados do País.

## INTRODUÇÃO

Segundo Mainardes (2006, ) o foco da análise de políticas incide sobre a formação do discurso da política e a interpretação ativa que os profissionais atuantes no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Atento aos riscos de analisar políticas enquanto elas estão em desenvolvimento, nos respaldamos em pistas

que nos adverte Serpa (1991) ressaltando a fragilidade da temporalidade e a capacidade de mudanças nos desenhos originais das políticas mediadas pelas determinações conjunturas, procurando as descontinuidades e pontos de inflexão dos discursos dos sujeitos envolvidos. A opção por análise dessas políticas deve-se a compreensão de políticas públicas de Estado enquanto ação sistematizada para atender demanda da sociedade em determinada época. Os anos 2000 são tomados por uma crítica acentuada por parte da sociedade civil pela ausência de políticas de Estado para atender as demandas do segmento da educação de adultos e do analfabetismo de modo geral, o que levou a país a ser classificado entre os países de maior taxa de analfabetismo de pessoas adultas do mundo. De acordo com Di Pierro e Haddad, (2003), trata-se de um problema recorrente na análise das políticas de EJA atualmente. Decorrentes de políticas insuficientes ao longo da nossa história, o Brasil chega ao século XXI, marcado pela contradição entre ser país em desenvolvimento e ostentar um sistema educacional com poucas conquistas alcançadas. De acordo com os dados do censo 2010, 20 % dos adultos trabalhadores têm apenas 3 anos de escolaridade, e uma grande quantidade de crianças e jovens entre 7 de 14 anos excluídos dos sistemas formais de ensino, e com menos de 8% da população jovem entre 18 e 24 anos no ensino superior. O Brasil chega ao século XXI, convivendo com velhos problemas no campo da Educação sem resolver o problema da alta taxa de analfabetismo. Ainda que o analfabetismo seja compreendido como um fenômeno social portanto tratar-se de um dos problemas de maior complexidade no que se refere alcance e cumprimento de objetivos e metas proposta nas diversas políticas adotadas ao longo nossa história, a produção de conhecimento no campo da EJA, merece ser observada diante da grande demanda por escolaridade pela população trabalhadora, a partir de mudanças tecnológicas e do mundo do trabalho principalmente a partir das exigências de maior escolaridade e de novas competências dos trabalhadores de acordo com Pochmann (2003). Estudos anteriores vêm mostrando também que as Universidades apresentam uma tímida participação com pouca produção na temática específica o que é respaldado pela falta de criação de grupos e linhas de pesquisas da Pós-graduação dedicadas a esse segmento ainda assim, as políticas de EJA, vem marcada por momentos cíclicos ora em decorrência da influência de organismos internacionais como a Unesco, a partir dos anos 50, a criação das Conferencia Internacionais e as Cumbres Ibero-americanas-OIE, ora como iniciativas pontuais, de programas de governos. A temática da EJA nem sempre ocupou lugar nas linhas de pesquisas dos Programas de Pós Graduação dos diversos programas existentes principalmente nas Universidades públicas, observando-se no estudo de Haddad (2000) uma concentração dessa produção discente nas regiões Sul e Sudeste ainda que existam demandas por investigação em todas as regiões principalmente no nordeste onde se concentra os maiores índices de analfabetismo. O Estado da Bahia apresenta um dos maiores índices de analfabetismo entre pessoas de 15 anos e mais, sendo o campeão dos estados do Nordeste com uma taxa de 19% da população adulta analfabeta. Ainda assim somente em 2007 o Estado apresenta uma proposta focada na redução do analfabetismo atual o Programa Todos pela Alfabetização-TOPA, dentro do modelo do Brasil Alfabetizado-BA Política instituída pelo Governo Federal em 2003. As referencias teóricas apontaram para a necessidade de estudar mais detidamente a

questão do Estado atual e suas vertentes a partir da influência neoliberal em vigor no Brasil a partir de 1994. A análise dos documentos das políticas de EJA em execução Resolução nº 12 de 24 de outubro de 2007 do FNDE, aponta para a compreensão do Estado como promotor da Política Pública Nacional, e pode ser compreendida como produto de um nexo de influências e interdependências globais e locais, contemporâneas, nem sempre claramente definida, destacando esses novos elementos como a representação popular na execução de políticas como a consagração de políticas públicas e minimizando outros instrumentos de regulação do Estado, como o controle social pela população e pela sociedade civil. Tomando a participação da representação popular como a legitimidade da Política, criando assim numa regulação do Estado com o Aval da sociedade civil. Esse novo lugar das políticas atuais de EJA não ficou claro na pesquisa pelos atores sociais envolvidos diante da fragilidade do contexto e pelas situações encontradas. Algumas vezes identificamos representantes de instituições da sociedade na Comissão Nacional de Alfabetização do FNDE, que também executores da política que ele mesmo deveria controlar e regular. Entendida como vítimas do analfabetismo funcional ou absoluto, ou compreendendo estes de fato, como os reais sujeitos a quem tais políticas devem se direcionar, o BA se caracteriza pelo hibridismo na implementação de políticas de Estado, com elementos novos na execução de políticas públicas, próprias dessa natureza da Ação Pública agora regulada por instrumentos externos da sociedade. A presença da Comissão nacional de alfabetização definido coletivamente as ações das políticas assumidas pelo Governo deram uma falsa ideia de democratização das ações públicas. Vale ressaltar que mesmo outros elementos encontrados no BA, como elementos novos foram facilmente identificados com os ideais das teorias neoliberais educacionais encontram-se distante de atingir subjetividades e as necessidades da população analfabeta foco das ações do governo, os analfabetos sejam absolutos ou funcionais. As teorias neoliberais defendem o estado mínimo, tomam a reforma do Estado como estratégia para incluir a privatização e o terceiro setor como parceiros, e induzem a crise do estado, como responsável pela crise da sociedade atual. A presença do ESTADO nas políticas de EJA no percurso da nossa formação social deu-se de forma ambígua e reducionista, ora com uma presença visível do Estado, ora com ausências perceptíveis. Nos anos 30 sob forte influências dos setores produtivos, e provocados pela mudança do modo de produção na época atendendo a fortes apelos da população, o estado foi obrigado a se fazer presente, atender as demandas da sociedade no que se refere a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Durante a implantação da indústria houve um incremento nas políticas de EJA, sendo visível o apelo presente no manifesto dos Pioneiros, quanto na Constituição de 1934, que traduz no texto da Lei que o contexto social estava solicitando. De acordo com Sorj (2001), diferente dos estados europeus que tiveram na escola o principal instrumento ideológico do Estado nacional, o Brasil não teve uma escola capaz de formar esse sentimento de amor, respeito ao estado e aos símbolos nacionais. De 1994 ao ano 2002, parece ser um desses períodos de ausência do estado na implementação e formulação de políticas para o campo da EJA e da alfabetização de adultos, uma vez que no período encontramos a presença de instituições externas ao Estado como ONGs e outros setores assumindo o lugar do Estado e assumem a oferta de serviços sociais para

atender demanda da sociedade, numa versão clara de redução do tamanho do Estado, bem identificada com governo da época. Não é sem razão que durante o governo FHC, de forte influência dos princípios neoliberais foram implementadas e executadas reformas educacionais como exigência da reforma do Estado, sendo visível a ausência do estado no caso de políticas de EJA fora entregue a uma ong de repercussão nacional, como foi o Programa de Alfabetização Solidária-PAS, executado pela Comunidade Solidária. Somente em 2003, o governo brasileiro anuncia uma Ação política cuja centralidade e controle ocorreu somente pelo Estado quando criou o Brasil Alfabetizado em 2003. A questão do Estado no Brasil, constitui-se uma indagação conceitual dividindo-se entre estado liberal e neoliberal, o que para Reis (1996) o Estado brasileiro ainda não pode ser conceituado como Liberal portanto o neologismo “neoliberal” está inapropriado, dado que os requisitos de cidadania como saúde, educação, trabalho moradia, lazer, (promessa dos Estado Liberal) não foram cumpridos em estendidos à totalidade da população.

As teorias neoliberais atribuem a crise dos Estados do Bem Estar dos Estados Nação ao tamanho do Estado. Ocorre que, tendo o mesmo diagnóstico de que a crise do Capital está no Estado, autores contrários e isso como PEREIRA (2001) destaca que o Estado não deve ser mais visto como o responsável pela execução das políticas sociais, difundindo a crença de que a sociedade sem fins lucrativos tem mais agilidade para junto ao mercado atender as demandas sociais e educacionais. Dessa forma oculta-se a fragilidade de implantar políticas que venham atender a demanda focadas em interesses privados e políticos partidários, enfraquecendo assim o conceito de democracia. Gidens (2001), chama atenção para a proposta de democratizar a democracia através do repasse de tarefas que eram clássicas das obrigações do Estado e que nessa perspectiva das teorias neoliberais, terceira via e outras, pode-se está fragilizando uma estrutura que deveria ser fortalecida que é o Estado no Brasil. De acordo com o entendimento em BOBBIO (1987, p.52) ainda que comportando uma ideia vaga a sociedade civil expressa uma contraposição com o Estado e pode ser entendida como conjunto de relações não reguladas por ele. Entendemos por sociedade civil toda forma de expressão da sociedade que ainda não foi oficialmente formalizada pelo Estado. Também nos respaldamos em (MASINI,1989:63) quando se refere ao enfoque fenomenológico da pesquisa em educação. Para esse autor o método fenomenológico, não se limita a uma descrição passiva, É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa de hermenêutica) que consiste em destacar os sentidos menos aparentes e buscar o que os fenômenos tem de fundante na estruturação das políticas de um determinado governo. Tomando como referência a discussão sobre essência e aparência do fenômeno em KOSIK,(1983) e o enfoque fenomenológico da pesquisa qualitativa em educação que segundo MASSINI (1989. p.63).

O método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto. Desvendar o fenômeno além da à aparência. Extra mento porque os fenômenos não estão evidentes de imediato e com regularidade, faz-se necessário a

fenomenologia. O método fenomenológico não se limita a uma *descrição* passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação que consiste em por a descoberto os sentidos menos aparentes, o que o fenômeno tem de mais fundamental.

Não existe o método, ou um método fenomenológico, mas sim uma atitude. Essa atitude é apresentada por HEIDEGGER ao referir-se ao método fenomenológico de investigação significando para além do caminho, ou continuar o caminho, enfatiza o autor.

Na pesquisa a apropriação do conhecimento dá-se também através do círculo hermenêutico: Compreensão Interpretação-nova Compreensão.

**Descrição** é considerada em fenomenologia, um caminho de aproximação do objeto da maneira como se dá. Refere-se ao que é percebido do que se mostra do fenômeno;

**Interpretação** - trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido aparente, em desdobrar os sinais de significação implicados na significação literal. Há interpretação onde houver sentido múltiplo e é na interpretação que a pluralidade de sentidos torna-se manifesta;

**Símbolo**, estrutura de significação em que um sentido direto, primário, literal, designa por acréscimo, outro indireto, secundário figurado que não pode ser entendido senão através do primeiro.

Para o autor a pesquisa fenomenológica parte da compreensão de nosso viver -não de definições ou conceitos- da compreensão que orienta a atenção para aquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro, interpretações ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão.

BOBBIO (1987 p.57) é dentro dos estudos da sociologia política quando toma o estado como objeto que o Estado passa a ser visto como forma complexa de organização social e política. O Estado é uma organização complexa que detém o poder político. São, portanto, essas instâncias que constituem o Estado, darão o suporte e possibilitarão os diversos estratos e classes sociais, receberem as ações e as ideias dos governos e assim oportunizando a todos os mesmos direitos e deveres de cidadãos, numa democracia de fato constituída e não apenas de direitos formais.

Retomando a conceituação de HÖFLING (2001) quando define o Estado como a instância de manutenção das relações sociais de determinada formação social, assumindo “feições” diferentes em diferentes sociedades.

Para essa autora é impossível pensar o Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para sociedade como um todo, portanto uma sociedade capitalista requer um estado com características, aparatos de acordo com o tipo e modelo de estado adotado como um conjunto de Instituições estruturadas para viabilizar as ideias de um determinado projeto de governo.

Ainda que tenhamos optado por uma demarcação temporal, das políticas de educação de adultos da atualidade (1997-2007), utilizamos descritores dos Programas, enquanto categoria de análise na tentativa de minimizar tais riscos.

O que para KOSIK (1983) é a essência e aparência dos fenômenos. Ainda nessa perspectiva serão suportes do estudo, a compreensão da produção dos discursos pedagógicos em BERNISTEIN (1993) e BOURDIEU, (1998) e ORLANDI, 2003).

O Modelo de abordagem de políticas sociais de Pedro Medellin Torres (2004) propõe uma distinção de implantação de políticas em estados de Frágil e de Forte Institucionalidade, tendo para cada classificação um a sugestão de procedimentos de análise de políticas. Nesse estudo para elaboração da tese, fizemos um recorte do modelo proposto para analisar as políticas de EJA no estado brasileiro de 1997 a 2007, por entender que o país vem se consolidando como uma democracia possui uma forte estrutura institucional fundadas em princípios democráticos pelo menos formalmente instituídos. Diante disso, o recorte do modelo de Torres ajudou a proceder as análises das políticas de EJA, a partir da dimensão nº 02- Elementos para Estruturação de Políticas, nos aspectos extra governamental, Inter e Intra governamental. A proposta de Pedro Medellin Torres para analisar Políticas Publicas está estruturada em 4 áreas que são:

I- Elementos de Teoria e Método

II- Regimes Políticos e Autonomias Sólidas: Elementos Determinantes na Estruturação das Políticas Públicas;

III- A Estruturação das Políticas Públicas: Elementos para um Modelo Geral;

IV- A Estruturação das Políticas Públicas em Países com Regimes de Autonomias Frágeis.

Muito embora o autor tenha uma proposta completa, optamos por utilizar apenas os itens I e III do modelo por considerar que neles residem os pressupostos teóricos mais

flexíveis de análises que se aproximam mais da realidade da educação de adultos no Brasil.

1- **Os países de regime político Tipo I ou de autonomias Sólidas**, ou seja onde a territorialidade é completa e a institucionalização da ordem é plena. Trata-se dos países onde o Estado cobre toda a Nação e esta chega a todo território a institucionalização é conhecida aceita e praticada por todos e cuja característica principal é a estabilidade do Estado e a governabilidade. Nessa classificação coloca os Estados Unidos, França e a Espanha, apoiando-se em LAURENCE (1996), MULLER (1995) e SUBIRATYS (1998), respectivamente.

1- **Países de Regime Político Tipo II ou de autonomias Porosas**. São países onde em que pese a territorialidade ser completa, a institucionalização apresenta fissuras que debilitam o sistema de instituições do estado e faz com que não haja transparência nas instituições causando instabilidades das mesmas. São países que tem estabilidade estatal, mas tem instabilidade governativa, mantem o poder político institucionalizado porém o governo não mantem a unidade de ação de suas instituições. Incluir nesse tipo os casos da Argentina, Chile e Itália citando O'DONNELL (1998), MOULIAN (1997) e REGONINI (1996) respectivamente.

Para esse autor a estruturação de políticas deve ser compreendida como produto de intenso processo político através do qual emergem e tomam forma de projetos e programas, as demandas identificadas durante o processo de discussão. Na análise do BA no período de 1997 a 2007, foi possível fazer uma leitura analítica dos elementos tanto da dimensão extra como Inter e intra governamental da Proposta do Governo identificando a partir análise de instrumentos Legais como a Resolução nº 12 de 24 de abril de 2007, da qual participaram da elaboração e princípios que definirão a execução do programa, com a participação da Comissão Nacional de Alfabetização, na qual fazem parte vários movimentos sociais e tem inclusive representação do Fórum de EJA. Com esse desenho de Estruturação de Políticas Programa Brasil Alfabetizado, inicia uma nova prática na estruturação de políticas de EJA. Isso levou a criar uma expectativa positiva nos movimentos históricos na participação e execução de políticas de Eja. É sutil o disfarce do papel do Estado quando envolve a participação da sociedade na formulação de políticas como é o caso da CNA, por tratar-se de uma mera participação uma vez que outros elementos de controle e regulação ficam resguardados às forças e representações do aparelho do Estado, sem que a sociedade tenha qualquer força e poder de decisão. A participação de representação nessa comissão serve também para legitimar o formato e a concepção da educação das políticas implantadas. Ainda que as resoluções elaboradas por essa comissão apresente melhorias e avanços que beneficiem os sujeitos envolvidos nela, as marcas de um Estado excludente e conservador, onde a valorização da ação educativa nesse campo, obedecem aos mesmos determinismo de políticas anteriores, como o pagamento de uma pequena bolsa ao professor alfabetizador e o apelo ao trabalho voluntario ainda se fazem presente nas políticas estudadas. Todo o chamado a democratização da política como envolvimento das sociedade do

BA fica subsumido quando o controle para o repasse dos recursos se submetem as mesmas regras reducionistas já bastante usadas historicamente em outros momentos da nossa história onde as ações educativas não foram valorizadas e quando o foram eram apenas no aspecto formal. Todos esses elementos de forte apelo de democratização das ações do formato do Estado se adapta ao modelo do Estado neoliberal uma vez que certas decisões são democratizadas, outras de alguma segurança e manutenção mantendo sob o controle do Estado não são questionadas o que pode garantir o status quo do governo e da estrutura do Poder instituído. De acordo com Castoriadis (2001), as ações de democratização do Estado atual no que se refere a democratização das Ações do BA, pode-se inferir que o BA pode anunciar os elementos Instituintes de uma política pública de Estado mais não está Instituído nem nas estruturas do Estado nem nos discursos dos sujeitos chamados a participar da implementação da Política nem nos documentos analisados. Ao analisar a resolução nº 24 de 10 de outubro de 2007 do FNDE que redistribui os recursos para os Parceiros do BA podemos observar as manobras do Estado recortado pela desculpa de democratizar as ações, opta pela manutenção de velhas estruturas adotadas em momentos anteriores e que já deram sinais de exaustão e de não resolver o problema do analfabetismo.

Também nos respaldamos nessa perspectiva ao analisar o analfabetismo como fenômeno social, por entende que trata-se de um fenômeno complexo e que possui algumas características mutáveis que vem dificultando sua eliminação, ao longo da história e por isso mesmo, lançamos mão de uma variedade de recursos da metodologia científica, a fim de identifica-lo melhor e assim poder a partir da perspectiva da educação propor alternativas, tendo em vista uma mudança de atitude na Faced da UFBA, bem como compreender as proposta de redução do analfabetismo na Bahia.

**Para analisar os documentos partimos do conceito de “documento” segundo MIRANDA (2005, p.69) quando entende que:**

El documento és toda expresión gráfica, sonora, o en imagen, recogidas en cualquier tipo de soporte material, incluso los soportes informáticos, enquanto que as fontes históricas son cualquier tipo de documento existente, qualquer realidade que pueda traer testigos , prueba o reliquia.

Nessa investigação tomamos como conceito de documentos, os textos existentes e em circulação em diversos suportes como: páginas webs oficiais dos programas banners etc como também aqueles documentos produzidos pelos organismos nacionais e internacionais sobre as políticas de EJA em execução no Brasil e na cidade de Salvador especificamente.

BERNHEIM, (2005) apud MIRANDA (2005) define as fontes como todo material de onde originam os conhecimentos da história. Assim nessa pesquisa pode-se encontrar uma diversidade de procedimentos qualitativos da investigação educacional, incluindo a perspectiva da análise de discurso, dos atores sociais envolvidos com as políticas de EJA, como também elementos da proposta teórica e metodológica para o estudo e análise de políticas públicas de Pedro Medellin Torres CEPAL, (2004).



Para esse autor antes de analisar as políticas públicas é prudente analisar os documentos veiculados e produzidos pelas agências nacionais e internacionais sobre educação de Jovens e Adultos bem como as análises das entrevistas realizadas com os gestores dos Programas /Políticas em execução no Estado da Bahia, mas principalmente, os jovens e adultos, usuários dessas políticas.

O segundo eixo adotado como procedimento metodológico, parte da compreensão de que análise de discurso (AD) segundo ORLANDI (2003) se constitui na relação de pressuposição com a linguística e numa proximidade porque se interessa pelo social e pelo histórico com as Ciências Sociais, ela também tem de mostrar os meios pelos quais se demarca dela em sua prática analítica. A análise de discurso constitui-se hoje numa corrente teórica que defende segundo a autora as novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso, nos indicam que *o dizer tem relação com o não dizer*; isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise. (p.82.)

Com esses e outros dispositivos analíticos enfocamos as políticas estudadas e objeto de análise de onde extraímos as “unidades de análise” da qual construímos nossa matriz estruturante de análise que nos servirá como indicadores das conclusões posteriores do trabalho ora em questão.

## CONCLUSÕES.

O estudo do papel do Estado no Brasil e as políticas de educação de adultos nos indicam que o Estado manteve um papel ambíguo quando anunciou por várias vezes a eliminação do analfabetismo através de Campanhas momentâneas e rápidas, mais com baixos resultados alcançados que não foram suficientes para eliminar fenômeno de tal complexidade como o analfabetismo, enquanto fenômeno social. Acreditamos que a falta de escolaridade na idade regular vem acompanhada da falta de direitos sociais e de cidadania. Não sem razão os 14 milhões de adultos sem escolarização, são também adultos sem trabalho qualificado, sem moradia digna sem habitação e lazer dentre outros requisitos de cidadania no Brasil. Além de tudo a população demandante de políticas de EJA, pertence ao estrato da sociedade de menos prestígio econômico e social, sem poder de barganhar nas instâncias democráticas seus direitos de cidadania.

Nossas reflexões sobre as “políticas de educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Estado da Bahia de 1997 a 2005 nos forneceram alguns elementos, de referências empíricas muito próximas, a períodos anteriores, o que nos leva a concluir que o Brasil

já viveu ao longo da sua história momentos de forte pressão para eliminar o analfabetismo, chegando entretanto ao século 21 com essa enorme dívida social não paga. Nos indicam também que devemos “aprender a fazer” com as lições deixadas do passado, cujas características positivas deverão ser mantidas nas políticas de EJA em Execução atualmente, outras principalmente a descontinuidade das ações implementadas devem ser repensadas.

Ainda que formalmente anunciada várias vezes, tanto na legislação quanto as “Campanhas”, ações de políticas a questão do analfabetismo, não recebeu do Estado atenção devida que fosse capaz de eliminar ou ao menos reduzir o analfabetismo no país em 200 anos de independência e de República.

As políticas de EJA no Brasil estão dependentes na razão direta do Estado que se implantou ao longo do processo histórico e do tipo de relações que se estabeleceram entre a sociedade civil e o Estado.

De um Estado cuja conduta está baseada no “patrimonialismo” como característica estruturante de sua linha política seria pouco provável a inclusão de demandas de uma população originalmente composta de escravos ou ex.-escravos, índios crioulos população que dispunha de pouco poder de barganha ínfimo prestígio social e quase nenhuma organização interna pelo menos nos primeiros anos após a libertação da escravidão no Brasil. Não que a falta de prestígio social desse segmento social demandante de políticas de EJA tenha justificado o pouco caso do Estado brasileiro para com os resultados dessas ações, mas numa observação rápida do Estado brasileiros desde sua historia, somos obrigados a reconhecer e pouca representação política dos adultos analfabetos no país. .

Os discursos dos sujeitos envolvidos, as ações do BA estão permeadas por dissensos, mesmo quando apenas 25% dos alfabetizando concluem os cursos, e poucos se apropriam das competências de leitura e escrita ainda assim, os executores da política consideram uma ação bem vinda e que merece ser implementada para a população e todos s Estados do País.

Outro aspecto identificado na política de financiamento do estado para o BA foi a manutenção de velhas práticas com algumas vezes uma nova roupagem. O apelo ao voluntariado, a definição de uma “bolsa” como forma de pagamento aos professores alfabetizadores, são sinais de uma manutenção de velhas práticas adotadas pelos órgãos da estrutura do poder constituído.

Uma das implicações visíveis da produção de conhecimento específico em EJA , nas Universidades, é a formação de uma geração de pesquisadores dedicados a um problema

social não resolvido, portanto um problema de cidadania e de desenvolvimento humano e uma dívida social. Sendo as universidades públicas as instituições que lideram as pesquisas nesse campo, ainda que não suficiente pelo menos no Nordeste e em especial no Estado da Bahia.

Das Universidades da Região Nordeste, incluindo o Estado da Bahia, destacam-se apenas a produção da Universidade Federal da Paraíba, que por ter uma prática consolidada em atividades de pesquisa e produção em EJA, constituindo em tradição dessa Universidade pela manutenção de uma linha de pesquisa e um curso de mestrado e doutorado nesse campo.

O Estado da Bahia concentra o maior número de analfabetos absolutos, (2 milhões), e pelo menos na UFBA, não há produção acadêmica sobre tal contingente.

Há alguns estudos ultimamente impulsionados pelas exigências de monografias de final de curso na graduação em pedagogia, alguns estudos empíricos tratando da questão do analfabetismo de modo geral.

A pesquisa em EJA na UFBA, fica limitada ao consumo interno não há uma linha de pesquisa associada a Pós-graduação, Programa de Mestrado e Doutorado, embora exista desde a década de 1970, e a produção de teses na área de educação de adultos é tímida, ficando as Dissertações de Mestrado e Monografias de final de Curso com a preferência nesse campo, como temas escolhidos para serem investigados, e estudados.

Uma constatação curiosa da pesquisa Nacional de EJA é que a maioria das pesquisas realizadas, e das teses e dissertações apresentadas, são relatos de experiências práticas, em geral baseados em projetos e programas cuja extensão fica reduzida a um espaço geográfico limitado e são referidos a uma ou poucas unidades escolares dificultando assim, conclusões generalistas.

A produção de conhecimento na UFBA é raro, esparsos e depende de demanda dos candidatos ao doutorado e mestrado ainda assim ficam na dependência de ter orientador com identidade com a temática. Na seleção do Programa sempre surgem candidatos e projetos focados no campo da EJA mas nem sempre são selecionados por falta de orientadores após a aposentadoria de uma única doutora nesse campo. Um dos elementos que nos ajudam a entender tal quadro é que a maioria dos estudos provém de teses e dissertações, ou seja, trata-se de pesquisa discente que, em regra, não é beneficiada com os recursos disponíveis para alguns grupos de pesquisa e pesquisadores seniores.

Dos 14,4 milhões de analfabetos existentes em 2006, 69,4 % eram negros (pretos e pardos), enquanto a participação desse grupo na população geral é de 49,5%.

Outra característica da pesquisa em EJA é a falta de pesquisas em instituições privadas e ONGs. Sendo que essas são agentes executoras de políticas de EJA historicamente envolvidas com a educação de adultos, incluindo o estado da Bahia onde muitas universidades e Escolas superiores isoladas da rede privada, recebem recursos públicos para executar a política estadual de redução do analfabetismo.

A Pesquisa Nacional de 1998 em EJA, identifica uma concentração nos centros urbanos de maior desenvolvimento da pesquisa em geral, notadamente as da região sul e sudeste.

O Estado de São Paulo isoladamente, responde por 41,44% da produção acadêmica de toda produção nacional em Educação de Jovens e Adultos.

Sendo estas as regiões historicamente mais desenvolvidas e melhor situadas economicamente, o conhecimento aí produzido, reflete em última instância, problemas da realidade dessas regiões, assim como as questões vividas por essa população.

Percebe-se uma fragmentação de pesquisas qualitativas quase sempre focadas em aspectos de políticas em execução, o que não permitem uma aplicação dos resultados nesse campo da educação. Transferência de recursos diretos para os parceiros são parte estruturante do BA, o que teria levado a indução dos sujeitos da pesquisa a concluir que o BA possui as características de uma política pública de Estado. Trata-se ao meu ver, de uma definição apressada justo pela injunções próprias do cenário político e da conjuntura atual, podendo a ação política ser modificada utilizando-se de velhas práticas de descontinuidade de políticas de um determinado governo quando das mudanças tanto dos regimes quanto dos governos.

## **BIBLIOGRAFIA**

01-AZEVEDO, Janete M Lins de. **A educação como Política Pública**. 3º ed. Campinas SP. Autores Associados. 2004.

02- BERNISTEIN, Basil. **La estructura del discurso Pedagógico: classes, códigos y controle**. Morata, Fundação Paidéia. 4ª Ed, 2001.

03- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação Popular**. Brasília. Liber Livro Ed., 2004.

\_\_\_\_\_.A Educação de Jovens e Adultos Analfabetos no Brasil. In: Educação e Cidadania. Nº 16. RAAB. São Paulo. Julho de 2003.

04-BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. DF. Universidade de Brasília, 1986.\_\_\_\_\_. **Estado Governo e Sociedade. Por**

**uma teoria geral da política.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Paz e Terra. Rio de Janeiro.1987.

\_\_\_\_\_. **Diário de um Século – Autobiografia.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

------(Org.) **Dicionário de Política.** 10ª Edición. Siglo Veintiuno Editores,1997

05- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas. Traduzido por Paula Montero. (In): **L'économie des Exchanges Linguistiques** : langue française.1997. São Paulo: Edusp,1980.

06- CANÁRIO, Rui. (org) . **Educação & Movimentos Sociais.** Simpósio Internacional de educação Popular. Universidade de Lisboa. Educa. Unidade de I & D de ciências da educação. 2007

07- CARNOY, Martin. O Estado e Teoria Política. 4ª ed. São Paulo: Papyrus, 1994.

08- HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado Políticas Públicas Sociais .In **Cadernos CEDES V. XXI.** nº 55. Campinas. SP. Nov. 2001.

09- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Companhia das Letras. 26º Edição. São Paulo. 1995.

10- INFANTE, M. I. **Analfabetismo e Funcional en Siete países de América Latina.** ORELAC. Santiago do Chile. 2000.

11- JAGUARIBE, Hélio. Sociedade, Mudança e Política. Editora. Perspectiva. São Paulo.1975.

12- JOAN, Subirats i Humet. (coord). **Gobierno Local y Educación.** Editorial Ariel, S.A. Barcelona. 2002.

13- OFFE, Claus. (et .al). **Capitalismo y Estado.** Editorial Revolución. Madrid.1985

-----**Contradicciones en el Estado del Bienestar.** Versión Española de Antonio Escobar. Alianza Editorial. S.A. Madrid. 1994.

- 14- MAINARDES, J Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, nº 94, p. 47-69, j an/abr. 2006.
- 15- Serpa Luiz Felipe. *Ciência e Historicidade*. Editora Multipless. Salvador. 1991.
- 16- Torres, Medelin Pedro. *Modelo de Avaliação de Políticas Públicas e Sociais*. Série Políticas Sociais. CEPAL. Chile. 2004.
- 17- IRELAND, Timothy & VÓVIO, C. Lemos (Org.) **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAB, 2005. (Coleção Educação para Todos; nº 3)
- 18- HADDAD, Sérgio. *O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A Produção Discente da Pós-Graduação em Educação no período de 1986-1998*. Ação Educativa. São. Paulo. 2000
- 19- KAREK , kosik. *A Dialética do Concreto*. Paz e Terra. São Paulo. 1989.
- 20- HENRIQUES, Ricardo et, al (org.) Brasil Alfabetizado**: marco referencial para avaliação cognitiva. Secretaria de Educação Continuada (SECAD). Brasília: UNESCO, MEC, 2007. (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; nº, 3, v. 20).
- 21-CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução por Guy Reynaud. 2. ed., Rio, Paz e Terra, [1991]. 418p.